

# **WORKSHOP NACIONAL PARA VALIDAÇÃO DO ROTEIRO DE ACTIVIDADES MULTISECTORIAIS NO ÂMBITO DA SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA**

## **COMUNIDADADO FINAL**

De 27 de Fevereiro à 1 de Março de 2013, realizou-se em Luanda, numa das salas do Hotel Trópico, o Workshop Nacional para Validação do Roteiro de Actividades Multisectoriais no âmbito da Saúde da Mulher e da Criança.

Estiveram presentes cerca de 48 participantes (26 mulheres e 22 homens), técnicos do Ministério da Saúde ( Direcção Nacional de Saúde Pública, Gabinete de Estudos Planeamento e Estatística) Ministérios das Finanças, Família e promoção da Mulher, Justiça, Instituto Nacional de Estatística, Agências das Nações Unidas (OMS, UNFPA e UNICEF), USAID, Direcções Provinciais de Saúde (Benguela, Huambo, Luanda e Uige), Hospitais nacional, gerais e provinciais (Maternidade Lucrecia Paim, Geral do Kilamba Kiaxi, Mãe Jacinta e Augusto N'Gangula), Sociedade Civil (ANGOBFA, CUAMM), Organizações de Mulheres (OMA e LIMA), Caritas de Angola, Fundação fé e cooperação (FEC).

Os objectivos do encontro foram os seguintes:

### Geral:

Reunir os actores do Ministério da saúde e parceiros para a validação do Roteiro Nacional preliminar de prestação de contas para a saúde da mulher e da criança.

### Objectivos Específicos:

- Orientar os principais actores/intervenientes nacionais sobre o contexto e as implicações das recomendações da Comissão de Informação e Responsabilidade para a Saúde da Mulher e da Criança.
- Realizar uma breve análise da situação do País em termos de progressos e oportunidades na implementação das recomendações;
- Finalizar o Roteiro iniciado no Workshop de orientação realizado em Ouagadougou em Julho de 2012 sobre o reforço da prestação de contas;
- Estabelecer um quadro de entendimento comum sobre o trabalho a ser feito, os papeis e responsabilidades de cada parceiro na implementação do roteiro.

A Sessão de abertura foi presidida pela Dra. Adelaide de Carvalho Directora Nacional de Saúde Pública em representação do Sr. Ministro da Saúde, ladeada

pela Dra. Maria Ribeiro, Coordenadora Residente das Nações Unidas em Angola, os Representantes da OMS UNICEF e USAID.

A Dra. Maria Ribeiro entre outras questões, lembrou o número de mortes de mulheres e crianças existentes antes dos ODMs, a estratégia global estabelecida, a criação da Comissão cuja coordenação foi entregue à OMS e importância da validação do Roteiro.

A Dra. Adelaide de Carvalho, na sua intervenção abordou em particular a importância da saúde da mulher e criança, o que representam em termos de investimento, a iniciativa lançada em 2010, os problemas que afectam a saúde da mulher e da criança e os principais esforços desenvolvidos pelo Ministério da Saúde.

A Dra. Cynthia Pinto da OMS em Genebra, abordou em particular as recomendações da Estratégia Global da Mãe e da Criança, nomeadamente : Informação – registo de nascimentos, óbitos, serviços integrados; 11 indicadores de impacto selecionados e 8 de cobertura; Uso de tecnologias de informação integradas no Sistema de Saúde; Rastreamento e reporte das despesas totais em saúde per-cápita e despesas de saúde reprodutiva per cápita; Acordos e parcerias; melhor gestão de resultados e recursos; e o ciclo de responsabilidade.

O encontro prosseguiu com a distribuição dos participantes em 7 grupos de trabalho: 1. Registo Civil e Estatísticas Vitais; 2. Monitoria de Resultados; 3. Vigilância da Mortes Maternas; 4. Tecnologias de Informação e Comunicação; 5. Mobilização de Recursos; 6. Advocacia; 7. Mecanismos de Revisão.

Após ampla discussão sobre as questões mencionadas no Roteiro e outras abordadas pelos discursos e apresentações feitas no encontro, os participantes chegaram às seguintes conclusões:

- Angola, reconhecendo a problemática da saúde da Mãe e Criança, tem aderido às Iniciativas Mundiais para melhorar a situação e desenvolveu esforços particulares nesse domínio: lançamento da Campanha de Redução da Mortalidade Materna; Reforço do Sistema Municipal de Saúde; Melhoria do acesso aos serviços obstétricos essenciais e cuidados neonatais; aprovação da Comissão Nacional de Mortes Maternas e Neonatais através do Decreto Presidencial publicado no Diário da República 52/12 de 26/3/2012.

- Os orçamentos para o Sector Social, em particular para o Sector da Saúde tem vindo a aumentar ao longo destes últimos anos e no âmbito da redução da pobreza, descentralização e desconcentração do poder local, foram alocados recursos financeiros aos 164 municípios em 2011 e 2012, o que permitirá o reforço do Sistema Municipal de Saúde.
- Foram aprimorados vários exercícios e instrumentos de planificação, orientadores e criados mecanismos de coordenação em particular ao nível central e provincial, necessitando de serem consolidados e institucionalizados a estes níveis, adequá-los e replicá-los a nível municipal.
- Foram desenvolvidos vários mecanismos e aplicadas várias estratégias para incrementar o registo de nascimentos e óbitos em particular de mulheres e crianças a nível do país.
- Estão a funcionar vários Comités de Auditoria de Mortes materna nas províncias e alguns institucionais.
- Debilidade do Sistema de Informação em Saúde que não permite o conhecimento atempado e real da situação do País, limitando a planificação.
- A participação multissectorial e envolvimentos de outros actores nomeadamente a Sociedade Civil, Organizações de Mulheres e feita de pontual, necessitando de serem aprimoradas.

Os Participantes a este Workshop, recomendam:

- Melhorar os instrumentos de planificação, institucionalizar um mecanismo que permita planificar com base nos resultados, avaliações e conhecimento adequado da situação e necessidades;
- A necessidade de encontrar os mecanismos para reforçar as capacidades dos profissionais de saúde em particular a nível dos municípios, no âmbito de uma adequada política de recursos humanos;
- Fazer advocacia para uma maior mobilização e alocação de recursos financeiros para a implementação dos Programas de atenção à mulher e criança, assim como aprimorar os mecanismos de prestação baseados nos resultados.
- Estudar com o Ministério das Finanças a alocação de recursos em proporção às necessidades de cada local ou instituição. Discutir também com o Ministério das Finanças a possibilidade de cadastrar um linha orçamental específica para Saúde Reprodutiva.

- Dinamizar o funcionamento da Comissão Nacional de Auditoria das Mortes Maternas e neonatais; reforçar o funcionamento dos Comitês institucionais, provinciais, municipais e institucionalizar a comunicação obrigatória das mortes maternas.
- O MINSA deverá continuar a desenvolver esforços para o reforço do Sistema de Saúde com ênfase no Sistema de Informação em Saúde.
- Reforçar as capacidades nacionais no âmbito da monitoria e avaliação dos resultados aos diferentes níveis e se for necessário, estabelecer acordos com os vários parceiros de desenvolvimento nesse domínio.
- Fazer advocacia para se regulamentar a nível nacional a participação, envolvimento e utilização de outros actores/parceiros de implementação (privado, sociedade civil, organizações de mulheres) nas questões relacionadas com o desenvolvimento comunitário.
- Acelerar a regulamentação da participação a nível nacional dos agentes comunitários de saúde e clarificação do papel da parteira tradicional.
- A definição de uma Estratégia de Informação e Comunicação utilizando tecnologias de informação e comunicação (TIC) em conformidade com o processo e situação de Angola adequada aos vários níveis de intervenção.
- Considerando a pertinência do exercício, os grupos deverão harmonizar o documento para posterior aprovação num prazo de trinta dias.

Feito em Luanda, 1 de Março de 2013